

Governo só define sobre privatização da Deso após estudos finais do BNDES

Categoria deve continuar mobilizada e na luta contra a privatização da Companhia

Nem o SINDISAN nem a categoria devem recuar da luta e da campanha, nas ruas, nas Casas Legislativas e nos meios de comunicação, contra a privatização da DESO. O Governo do Estado já sinalizou que vai deixar nas mãos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a definição sobre o futuro da Companhia.

E mesmo com o discurso do governador Jackson Barreto, de que não vai privatizar nada e por isso mandou retirar a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – Agrese da linha de frente dos estudos técnicos para definir o modelo de gestão a ser aplicado na DESO, ele cai no vazio quando o próprio vice-governador, Belivaldo Chagas, em audiência com a direção do SINDISAN e o presidente da CUT/SE, Rubens Marques, no último dia 8/5, deixou claro que a definição sobre o futuro da Companhia de Saneamento de Sergipe se dará a partir da definição dos estudos encomendados pelo BNDES.

"O governador Jackson Barreto não falou em privatizar a DESO. Mas a definição do que poderá ser feito só depois da conclusão dos estudos do BNDES, que deve acontecer no final de julho. Pode acontecer qualquer coisa ou não acontecer nada", disse Belivaldo.

Para o presidente do SINDISAN, Sérgio Passos, que expôs ao vice-governador inúmeras razões, dos pontos de vista social e econômico, para a manutenção da DESO como empresa pública, a ameaça de privatização continua.

"Diferentemente do que fizeram os governadores da Paraíba e de Alagoas, que já se pronunciaram contra a privatização das suas companhias de saneamento, Jackson parece que não vai recuar. Portanto, vamos manter a mobilização e continuar debatendo o tema nas câmaras de vereadores e nos meios de comunicação para que a população compreenda o que está em jogo ao quererem entregar a água, um bem finito e fundamental à vida, nas mãos da iniciativa privada como quer Jackson", disse Sérgio Passos, lembrando que Belivaldo afirmou que o Governo não privatizaria o Banese nem a Sergipe Gás S/A, mas o BNDES já confirmou a venda da parte do Estado na Sergas.



▲ Em audiência com o vice-governador, sindicato reforçou a necessidade de manter a DESO pública



EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDISAN - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Sergipe, na forma prevista no seu Estatuto, convoca seus associados quites com as suas obrigações estatutárias para, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 9 horas, do dia 20 de maio de 2017, em sua sede, localizada à Rua Marechal Deodoro, 1024, bairro Getúlio Vargas, em Aracaju, para deliberarem sobre a seguinte pauta:

- 1) Informes;
- 2) Eleições do SINDISAN para o triênio 2017/2020;
- 3) Escolha dos membros da Comissão Eleitoral que coordenará as eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes do Sindicato;
- 4) O que ocorrer.

José Sérgio Passos
Diretor-presidente



▲ SINDISAN presente na Câmara Municipal de Laranjeiras, em Sessão Especial sobre a DESO

EM DEFESA DA DESO

Sessões nas câmaras de vereadores continuam

A direção do SINDISAN não des-cansa um só dia para cumprir o cronograma de visitas às Câmaras de Vereadores dos municípios sergipanos, onde está fazendo o debate sobre a importância da DESO como empresa pública de saneamento básico e contra a sua privatização.

O sindicato tem ido de Norte a Sul do estado para dialogar com os parlamentares e também com a população, através dos programas de rádio nas cidades por onde passam. De janeiro deste ano até agora, dirigentes do SINDISAN estiveram, em audiências públicas e sessões especiais, na Assembleia Legislativa de Sergipe, onde promoveu, em parceria com os mandatos da deputada estadual Ana Lúcia (PT) e do vereador de Aracaju Iran Barbosa (PT), a maior audiência pública daquela Casa; e nas Câmaras Municipal de Aracaju, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Itabi, Salgado, Boquim, Lagarto, Campo do Brito, Neópolis, Monte Alegre, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Gararu, General Maynard, Aquidabã, Canindé do São Francisco, Divina Pastora, Cumbe, Poço Redondo, Laranjeiras e Poço Verde.

"Em todas essas Casas Legislativas, o apoio contra a privatização da DESO é quase unânime. Claro que há também críticas aos serviços que a Companhia presta em alguns cidades, muitas vezes por falhas das empresas terceirizadas contratadas ou por falta de material ou condições de trabalho, algo que tem sido de-

nunciado pelo sindicato há muito tempo. Mas todos reconhecem que os serviços que a DESO presta são essenciais para a população, em especial, a mais carente, e não podem parar nas mãos de empresas privadas, que vão buscar somente o lucro", destacou Sérgio Passos.

O presidente do SINDISAN reforça que em outras Câmaras de Vereadores estão sendo agendadas sessões especiais para debater as consequências nefastas de uma possível privatização da DESO.

"Não vamos descansar enquanto houver esse risco. E sabemos que há, porque o Governo Jackson não recuou da ideia, já que o BNDES continua avaliando a possibilidade de privatizar a DESO. Por isso, va-



▲ Presidente Sérgio Passos, em entrevista à Rádio Xingó FM, de Canindé do São Francisco

FINANÇAS

Categoria aprova a prestação de contas do SINDISAN

No último sábado, 13 de maio, foi realizada, na sede do sindicato, uma Assembleia Geral Ordinária para apreciação da Prestação de Conta do Exercício 2016. Foram convocados os filiados da Deso, Cohidro e SAAE's quites com a suas obrigações estatutárias.

Após o ponto de informes, foi colocado pela secretária de Administração e Finanças do sindicato, a companheira Iara Nascimento, toda a contabilidade do Exercício de 2016 para apreciação dos presentes.

Após breve discussão, ponderações e questionamentos de alguns companheiros, respondidos pela secretária de Finanças, as contas foram colocadas em votação. O resultado final foi pela aprovação total das contas, sem ressalvas, por unanimidade dos presentes.

No final deste ano, o SINDISAN estará convocando novamente a categoria para apresentar, em assembleia específica, a Previsão Orçamentária para o Exercício de 2018.

mos continuar debatendo com os parlamentares e com a população", disse.

RESISTÊNCIA

Mulheres da CUT vão ocupar Brasília no próximo dia 24

Temos provas e convicções de que nós mulheres somos capazes de reverter processos conservadores da história do Brasil e do mundo". A afirmação foi feita pela ex-ministra da Secretaria de Políticas das Mulheres, Eleonora Menicucci, na tarde da terça-feira (16), na sede da CUT, em São Paulo, em reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT.

Eleonora provocou as sindicalistas dizendo que "precisamos transformar nossa indignação em luta e as mulheres precisam dizer não para a consolidação do golpe que está em curso". A ex-ministra refere-se ao desmonte das políticas sociais e dos direitos, duramente conquistados, que o governo ilegítimo do Michel Temer tem feito desde que tiraram a presidenta Dilma Rousseff do cargo, há um ano.

Eleonora lembra que as "mulheres sempre foram protagonistas na resistência ao golpe e tem papel fundamental na luta pela democracia e pelo Estado de direito".

As mulheres CUTistas discutiram a participação delas no Ocupa Brasília, no próximo dia 24/05, para barrar os desmontes em curso: as reformas da Previdência e trabalhistas, que podem ser votadas na próxima semana, no Congresso nacional.

"Estes projetos são ataques ao modelo democrático de Estado que estava em curso nos últimos anos, o que estão implantando agora é um Estado de exceção, no qual se organiza de outra forma: na retirada de direitos e a repressão", disse a vice-presidenta da CUT, Carmen Foro.

Carmen lembrou do roteiro de des-

montes que o governo ilegítimo vem construindo e destaca a máquina de manipulação da imprensa, "massacrando a população com propagandas enganosas sobre as reformas e os outros projetos que desmontam o Estado", em alusão à privatização geral que o projeto Temer está colocando em prática.

A vice-presidenta da CUT alertou sobre a criminalização da política que a mídia também promove, com ajuda de Temer e seus aliados. "Eles vendem que a política não presta, mas não largam o osso. Eles querem ter o controle do Estado brasileiro", analisou Carmen.

Ela frisou que são as mulheres que mais sofrem com todo esse desmonte do Estado e destacou o papel fundamental da CUT em todo o processo de enfrentamento. "Nós temos a tarefa maior de convencer a sociedade de que só com a luta, a unidade e a resistência poderão reverter o atual momento político", completou.

A secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Martins Batista, disse da importância do encontro das sindicalistas nesse processo. "As mulheres serão as mais prejudicadas com todos esses desmontes. Como disse Simone Beauvoir, basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados".

"Só com uma Frente Ampla Progressista é que teremos a esperança de reconquistarmos a democracia no nosso país", disse a dirigente.

(Matéria do site da CUT Nacional)



PRIVATIZAÇÕES

Dirigentes da FNU se reúnem com Comissão de Desenvolvimento

A Federação Nacional dos Urbanitários esteve reunida, no último dia 10 de maio, em Brasília, na Comissão de Desenvolvimento Urbano para discutir a questão da privatização do saneamento no país com o Deputado Federal Givaldo Vieira (PT-ES).

Estiveram representando a FNU o seu presidente, Pedro Blois, o Secretário de Saneamento, Fábio Giori, e o Assessor de Saneamento, Edson Aparecido. Estiveram presentes também outros dirigentes sindicais.

Na ocasião foram feitos vários contatos políticos visando a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Saneamento. Outro ponto debatido foi a realização de Seminários Regionais e uma Audiência Pública Nacional, a ser realizada em Brasília.

AFNU continuará na articulação política contra as privatizações do saneamento, pois água não é mercadoria e pertence ao povo brasileiro.

(Matéria do site da FNU)



▲ NA LUTA | Coletivo de Mulheres da CUT, que esteve reunido em São Paulo

DECISÃO JUDICIAL

Ação coletiva ajuizada por associações abrange apenas filiados até a data de proposição

Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão do dia 10/5, decidiu que a execução de sentença transitada em julgado em ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil alcança apenas os filiados na data da propositura da ação. Prevalceu o entendimento do relator, ministro Marco Aurélio, no sentido de que **os filiados em momento posterior à formalização da ação de conhecimento não podem se beneficiar de seus efeitos**. A decisão deverá ser seguida em pelo menos 3.920 processos sobrestados em outras instâncias.

No caso dos autos, o Plenário negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 612043, com repercussão geral reconhecida, interposto pela Associação dos Servidores da Justiça Federal no Paraná (Asserjuspar) para questionar acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que considerou necessária, para fins de execução de sentença, a comprovação da filiação dos representados até a data do ajuizamento da ação. O julgamento do recurso começou na sessão de 4 de maio e havia sido suspenso após as sustentações orais e o voto do relator.

O primeiro a votar na sessão, ministro Alexandre de Moraes acompanhou parcialmente o relator quanto à necessidade de comprovação de filiação até a data de propositura da ação. Entretanto, entendeu ser necessário interpretar de maneira mais ampla o artigo 2º-A da Lei 9.494/1997, para que a decisão abranja a competência territorial de jurisdição do tribunal que julgar a demanda. Também em voto acompanhando parcialmente o relator, o ministro Edson Fachin considerou que o prazo limite para os beneficiários de ação coletiva deve ser o do trânsito em julgado do título a ser executado, e não a propositura da ação.

Único a divergir integralmente do relator e dar provimento ao recurso, o ministro Ricardo Lewandowski votou no sentido de que o artigo 2º-A da Lei 9.494/1997 é inconstitucional. Em seu entendimento, a Constituição Federal, ao conferir às associ-

ações legitimidade para representar seus filiados, judicial ou extrajudicialmente (artigo 5º, inciso XXI), não restringe essa representação ao local ou data de filiação. Para o ministro, essa restrição enfraquece o processo coletivo e proporciona a multiplicidade de ações sobre um mesmo tema. Os demais ministros presentes na sessão seguiram integralmente o voto do relator.

ATESE

A tese de repercussão geral fixada foi a de que: “A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes de relação juntada à inicial do processo de conhecimento”.

(Matéria do site do STF)

AVISO

Prorrogado o prazo do pagamento do Incentivo Pecuniário

O SINDISAN reforça o aviso a todos os companheiros e companheiras que estão aposentados e ainda trabalham Companhia, e também aqueles que irão se aposentar e se desligar de forma definitiva da DESO ainda na vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17.

Na última reunião do Conselho de Administração da DESO, realizada no dia 25/04, o nosso representante no Conselho, o companheiro Sílvio Sá, conseguiu a prorrogação, por mais DOIS MESES, do Incentivo Pecuniário de que trata a Cláusula Décima Segunda, item D, do nosso ACT que expiraria no dia 30 de abril. Sendo assim, passará a valer **até o dia 30 de junho**.

Com esta dilatação do prazo, os/as companheiro/as terão mais tempo para refletir e tomar as suas decisões de forma mais tranquila.



► **PAUTA DOS TRABALHADORES** | No último dia 9/5, os trabalhadores do SAAE de São Cristóvão, em Assembleia realizada na sede da Autarquia, com a presença do SINDISAN, discutiram e aprovaram a Pauta de Reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho para 2017/2018. Na terça-feira (16), representantes dos trabalhadores e do Sindicato entregaram a pauta na Diretoria de Recursos Humanos, dirigida ao diretor-superintendente do SAAE, Carlos Melo. Melo recebeu os representantes da categoria, com quem dialogou e marcou uma nova reunião para o dia 26/5. A categoria espera que dessa vez o diretor se sensibilize com a situação dos trabalhadores que vem sofrendo, sem aumento de salário desde 2011.